AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website : www. africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/299 (X)
Original : Inglês

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DE REFUGIADOS, RETORNADOS E DESLOCADOS EM ÁFRICA APRESENTADO À 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO : JULHO DE 2006 A JANEIRO DE 2007

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DE REFUGIADOS, RETORNADOS E DESLOCADOS EM ÁFRICA APRESENTADO À 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO : JULHO DE 2006 A JANEIRO DE 2007

I. INTRODUÇÃO

1. Desde que o Conselho Executivo reuniu durante a 9ª Sessão Ordinária em Banjul, Gâmbia, em Junho de 2006, a situação dos refugiados, regressados e deslocados em África continua a ser precária. Contudo, o relatório destaca os progressos em relação à situação das vítimas da deslocação forçada, por região, e as actividades levadas a cabo de acordo com a solicitação do Conselho na sua Decisão EX/CL Dec. 284 (IX) adoptada em Banjul, Gâmbia em Junho de 2006 e ainda na sua decisão EX/CL Dec. 289 (IX) sobre a Conferência Ministerial sobre Refugiados, Retornados e Deslocados em África que foi adoptada em Ouagadougou, Burkina Faso em princípios de Junho de 2006. O relatório também enumera os principais desafios no domínio da deslocação forçada e outras crises humanitárias, incluindo as recomendações sobre como proceder para ultrapassá-las. À Comissão desenvolveu as suas actividades em colaboração com o Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes responsável pelos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos, e os Parceiros da União Africana e outras organizações relevantes.

II. REVISÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA

2. A situação dos refugiados, retornados e deslocados em África retrata um um continente que continua a debater-se com o grave problema da deslocação forcada. Se por um lado alguns países estão em vias de emergir de conflitos e de antecipar o regresso das suas populações, por outro lado, outros países encontram-se na agonia da violência que causa a fuga de milhares de pessoas das suas populações, ao mesmo tempo que milhares de pessoas enfrentam condições climáticas adversas que os obriga a abandonar as suas casa em busca de abrigo.

3. Os Estados-Membros continuam preocupados com as vítimas da deslocação forçada no Continente, sobretudo o crescente número de deslocados internos (DI's), não obstante o repatriamento consistente de milhares deles nos últimos três anos. Calcula-se que a população de refugiados em África seja de cerca de 5 milhões, enquanto que os deslocados internos representam mais de 15 milhões. Esta cifra representa 51% da população de deslocados internos em África. Os nossos agradecimentos aos países que servem de asilo que continuam a empenhar-se a acolher os refugiados e albergá-los apesar dos

seus recursos parcos que actualmente são agravados pelo “cansaço dos doadores”.

4. Este cenário de refugiados e deslocados internos tem sido agravado pelo êxodo massivo das populações devido a calamidades naturais e causadas pelo homem que registaram um aumento dramático nos últimos dez anos, bem como o problema da insegurança alimentar. Em 2006, as agências das Nações Unidas calcularam que mais de 25 milhões de pessoas foram afectadas por calamidades em África.

5. Para além do problema da deslocação forçada, o Continente tem nos últimos anos registado movimentos migratórios, na ordem de mais de 50 milhões de africanos, num universo estimado em 150 milhões. A recém realizada Conferência Ministerial Conjunta África - União Europeia sobre Migração e Desenvolvimento que teve lugar em Novembro de 2006, em Tripolí, Líbia, discutiu extensivamente a questão de como abordar o problema com vista a encontrar soluções duradoiras. Contudo, importa destacar que no contexto da imigração e desenvolvimento, a movimentação de refugiados é um caso especial uma vez que os refugiados gozam de estatuto jurídico especial, de acordo com o direito internacional, mas a protecção de refugiados em fluxos, mistos deve constituir uma parte integral da política de migração de modo a que seja sensível à protecção das necessidades de outras populações em movimento, o que é um grande desafio.

6. Enquanto se buscam soluções duradoiras sobretudo em termos de repatriação voluntária e reintegração, em relação ao problema da deslocação forçada, e até certa medida a prevenção e resposta às calamidades em África, é urgente que a comunidade internacional, no espírito de solidariedade internacional e partilha do ónus, continue a providenciar ajuda financeira e material, tendo em linha de conta as necessidades urgentes dos países de asilo e das áreas para o regresso, de modo a se prestar atenção aos refugiados retornados e deslocados internos.

III. ANÁLISE REGIONAL

A. ÁFRICA DO NORTE

7. A maior parte dos refugiados na África do Norte são cidadãos do Sara Ocidental que vivem na Argélia. Os outros pequenos grupos de refugiados estão a viver no Egipto e Tunísia.

8. Na Argélia, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Retornados e Deslocados Internos visitou o país e deslocou-se aos campos de refugiados de Tindouf, em princípios de Novembro de 2006. O Governo da Argélia informou à missão que durante três décadas, o país tem albergado refugiados do Saara Ocidental desde que o conflito sobre o Saara Ocidental teve início em 1975 e,

em conjunto com a comunidade internacional, tem prestado assistência aos 165,000 refugiados sarauís. Eles vivem em cinco campos de refugiados em Tindouf, no sudoeste da Argélia, nomeadamente Smara, Laayoune, Assousserd, Dakhla e 27 de Fevereiro.

9. Durante a missão, os funcionários do Governo da Argélia e da República Democrática Árabe Sarauí abordaram a situação humanitária em deterioração e chamaram a atenção para, um Relatório do Alto Comissário para os Direitos Humanos sobre a grave violação de direitos humanos do povo Sarauí no território do Saara Ocidental, sobretudo nos últimos dois anos. Também referiram que a situação foi ainda agravada pelas cheias de 2006 e a redução da assistência alimentar do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Programa Alimentar Mundial (PAM). As autoridades afirmaram que as agências reduziram o número de beneficiários de 165.000 para 90,000 e, depois, aumentaram-no para 125000, após as cheias de Fevereiro de 2006. O referido aumento tem afectado sobremaneira os refugiados e foram mesmo obrigados a depender das suas reservas alimentares as quais estão quase esgotadas. Visto que a distribuição de assistência alimentar do PAM termina em Dezembro de 2006, as autoridades mostraram-se preocupadas com o bem-estar dos refugiados e apelaram à União Africana no sentido de continuar a demonstrar a sua solidariedade para com o povo Sarauí.

10. Enquanto os refugiados aguardam pelo regresso ao Saara Ocidental, em 2006, o ACNUR introduziu medidas de confiança para os refugiados que, entre outras, incluem visitas de familiares entre os refugiados sarauís dos campos de Tindouf e os seus parentes que vivem no território do Saara Ocidental, e esta medida provou ser popular em ambos os lados.

11. À luz da situação humanitária em deterioração causada pela redução na ajuda alimentar do PAM, a missão propôs que a União Africana aumentasse a sua anterior contribuição de $EU 200,00 para $EU 300,00, a serem pagos ao Crescente Vermelho Sarauí para suprir as necessidades urgentes dos refugiados das zonas críticas.

B. REGIÃO OCIDENTAL

12. Tendo em consideração o número de conflitos que assolaram a região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) durante grande parte do século vinte, a região registou deslocações massivas de populações ou seja, mais de um milhão de pessoas. Por outro lado, durante os últimos quatro anos, teve lugar algum repatriamento que começou pela Sierra Leone seguida da Libéria.

13. Na Libéria, estava em curso o repatriamento de refugiados a partir dos países vizinhos. Nos princípios de 2006, um grupo inicial de liberianos regressou ao país, a partir do norte da Cote d'Ivoire. Contudo, o ACNUR informou que

ainda restavam cerca de 142,000 refugiados da Libéria, distribuídos por toda a região da CEDEAO.

14. Na **Cote d'Ivoire,** a incapacidade de chegar a um acordo de paz sustentável e de implementar um processo de desarmamento entre o Governo e o grupo de rebeldes das Novas Forças, manteve o país numa situação frágil e volátil, tendo impedido o repatriamento de refugiados e deslocados internos. De acordo com a Organização Internacional de Imigração (OIM), calcula-se que o número de deslocados internos no país seja de cerca de 800,000.

15. Enquanto que a Sierra Leone goza de estabilidade e está em vias de preparar as suas segundas eleições desde que teve fim a guerra civil de anos. A situação de incerteza dos seus vizinhos na Guiné Conakry e Cote d'Ivoire, apresenta-se como ameaça plausível a uma paz sustentável no país e na sub-região.

16. No caso da **Guiné Conakry**, que albergou dezenas de refugiados da Cote d'Ivoire, Libéria e Sierra Leone durante uma década, ela está actualmente engajada no repatriamento de muitos destes refugiados, com a assistência do ACNUR. Existem actualmente 39000 refugiados provenientes dos seus países vizinhos, sendo o grosso deles liberianos que continuam naquele país. Segundo a OIM, a Guiné Conakry também terá uma população de 82000 deslocados internos.

17. O **Ghana,** à semelhança dos seus vizinhos, alberga 54000 refugiados da sub-região, provenientes particularmente do Togo e da Libéria. Com a ajuda do ACNUR, cerca de 3800 liberianos foram voluntariamente repatriados a partir do Ghana desde o inicio do processo de repatriamento em Outubro de 2004. Alguns togoleses que fugiram do Togo em 2005, estão a regressar ao país voluntariamente.

18. De acordo com fontes do ACNUR o **Senegal** continua a albergar mais de 22000 refugiados mauritanianos e em busca de asilo. Eles não possuem qualquer estatuto de cidadania e, por conseguinte, têm enfrentado dificuldades em termos de regressar a Mauritânia com segurança e dignidade.

C. REGIÃO CENTRAL

19. A situação de segurança na Região Central continua a se deteriorar, sobretudo ao longo das zonas fronteiriças. Por outro lado, a região alberga milhares de refugiados, provenientes particularmente de dentro da região. Estão também em curso movimentações para o repatriamento e regresso em algumas zonas de vários países.

20. O conflito de Darfur já transbordou para o Chade, país vizinho, que actualmente alberga refugiados sudaneses provenientes de Darfur que na sua maior parte, se fixaram ao longo das zonas fronteiriças.

21. No sul do **Chade**, a missão informou que cerca de 46000 refugiados provenientes da zona norte da República da África Central, estão a ser albergados em três campos de refugiados, com assistência do ACNUR e de alguns dos seus parceiros. Por outro lado, existem cerca de 5000 refugiados em zonas urbanas provenientes de vários países vizinhos (Burundi, República Democrática do Congo República do Congo e Sudão. Num gesto de solidariedade para com o Governo do Chade, a união Africana fez a entrega de um cheque de US$ 250 0000, como contribuição para o alívio da situação dos refugiados naquele país.

22. Em relação à **República da África Central, os** combates que persistem no norte do país já ocasionaram mais de 150 000 deslocados internos e dezenas de milhares que fugiram para os países vizinhos. O país também alberga cerca de 15 000 provenientes de vários países, sendo a maioria proveniente da República Democrática do Congo.

23. Na altura, os Camarões albergavam cerca de 50 000 refugiados, provenientes particularmente da RCA e outros da África Central e Ocidental. A maioria dos refugiados estão espalhados pelas aldeias onde estão integrados com a população local.

24. O **Burundi** continua a receber milhares dos seus cidadãos a partir dos seus vizinhos como a Tanzânia, Ruanda e República Democrática do Congo, após as eleições de 2005 que foram bem sucedidas e a assinatura de um acordo de paz com o último grupo rebelde, as *forces Nacionales de Libération* (FNL) em 7 de Setembro de 2006. Desde que o ACNUR, em 2002, iniciou a sua assistência ao seu processo de regresso, mais de 319 000 burundeses já conseguiram regressar ao país. Para além de receber os seus cidadãos, o Burundi também alberga uma população de 50000 refugiados, na sua maioria, provenientes da RDC, ao mesmo tempo que, de acordo com cifras da OIM de Junho de 2006, este país possui uma população de 117000 deslocados internos.

25. Na **República Democrática do Congo (RDC),** tem-se registado o regresso de refugiados às zonas seguras do país, sobretudo após as eleições de Novembro de 2006 e devido à presença da Missão das Nações Unidas (MONUC) no país. De acordo com as Nações Unidas, no início de 2006, uma média de 84000 congoleses, por mês, fugiram das suas zonas de origem. Existem ainda cerca de 420 000 refugiados congoleses, sobretudo nos países vizinhos. Devido a uma certa estabilidade relativa naquele país, o numero de deslocados internos registou uma redução acentuada de quase dois milhões, durante a sua fase mais alta em 2003, para 1,48 milhões em Agosto de 2006. A medida que a situação continuar a melhorar, os refugiados optarão pelo

regresso ao país e os deslocados internos regressarão às sua aldeias e integrar-se-ão na sociedade. O país também está albergar cerca de 240 000 refugiados de Angola, Burundi, Sudão e Uganda.

26. De um modo geral, a situação na **República do Congo** tem sido estável apesar de alguns incidentes de insegurança na região. O país continua a cuidar da sua população de deslocados cujo número se situa entre os 100 000 e os 147 000, de acordo com cifras da OIM. A maior parte dos refugiados, aproximadamente 50 000, está em vias de ser repatriada aos seus países de origem, nomeadamente, Angola, RDC e Ruanda.

D. REGIÃO ORIENTAL

27. Alguns países da Região Oriental continuaram a respeitar os Acordos de Paz que foram assinados nos últimos anos e isto tem contribuído para o progresso na promoção e implementação de soluções duradoiras na região. Contudo, a situação global, durante este período, foi preocupante para a União Africana. Para além de chuvas torrenciais e a onda de cheias que assolaram a região no período compreendido entre Agosto e Novembro de 2006, em particular no Quénia, Etiópia, Somália e Uganda. Isto causou a destruição de casas, infra-estruturas e insegurança alimentar, o que deu lugar a um número incrementado de milhares de deslocados internos, incluindo os refugiados de dentro da Sub-região. De acordo com as Nações Unidas, as cheias foram as piores da região nos últimos 50 anos.

28. A Etiópia, que foi país de asilo para mais de 600,000 refugiados nos primeiros anos da década de 90, alberga actualmente cerca de 99,630 refugiados, do Sudão (70,445), Somália (16,387), Eritréia (12,130) bem como 668 de vários outros países. O número de refugiados sofreu uma redução considerável devido, em grande medida ao repatriamento de samalis à Somalilândia (Noroeste da Somália) que foi concluído em 2005. um número reduzido de sudaneses continuam a regressar ao Sul do Sudão. Para além de cuidar dos refugiados, o país também foi assolado por chuvas torrenciais e cheias. Oito das onze regiões e algumas partes de Adis Abeba, a Capital, foram afectadas. Isto resultou na deslocação de milhares de pessoas. Em Agosto de 2006, a Comissão da União Africana doou (S$ 100,000 para ajudar as vítimas das cheias.

29. O Quénia, país que serve de asilo para mais de 230,000 refugiados, registou um influxo adicional de somalís refugiou-se no Quénia devido à insegurança no Sul e Centro da Somália.

30. Por outro lado, durante o período em apreço, no norte e nordeste do país, cerca de 300,000 pessoas, incluindo mais de 100,000 refugiados somalís nos campos de Daadab que foram deslocados, foram afectados por chuvas torrenciais e cheias transitórias. O ACNUR transferiu vários refugiados. As

vítimas careciam de abrigo, serviços de saúde, saneamento, alimentação e água. As águas das cheias arrastaram consigo pontes e estradas e destruíram muitos imóveis, tendo criado obstáculos aos esforços da ajuda. Em resposta ao apelo lançado pelas Nações Unidas no sentido de resolver a situação, a Comissão da UA doou US$ 100,000 a Sociedade da Cruz Vermelha do Quénia, o que a com que os três campos de Daadab tenham cerca de 160,000 refugiados muito acima da norma recomendada de 20,000 refugiados em cada campo. O vasto número de refugiados é uma ameaça ao continente visto que cortam para lenha, como está já evidenciado em Garissa e distritos do Sul que fazem fronteira com Daadab.

31. Durante o período em apreço, o Ruanda albergou mais de 40,000 refugiados, provenientes principalmente da República Democrática do Congo, seguida do Burundi e pequenos grupos provenientes de vários países. Por outro lado, os refugiados ruandeses continuam a regressar ao seu país a partir dos países vizinhos e o Ruanda está em condições de os receber e de os integrar nas suas comunidades com a assistência das agências das Nações Unidas e do Banco Mundial. A província do Norte do Ruanda também afectada por chuvas torrenciais e cheias que afectaram a sub-região.

32. Na sequência da transparência do Governo Federal de Transição da Somália, em Junho de 2005, de Nairobi para a Somália, esperava-se que acima de 350,000 refugiados Somalis no Djibouti, Etiópia, Quénia, Uganda e até mesmo no Yemen, seriam voluntariamente repatriados para o sul do país. Contudo, as suas esperanças foram desfeitas visto que a situação se apresenta como um grande desafio à segurança, à saúde e ao ambiente, não só em relação ao país mas também em relação a toda a região da África Oriental. Os novos refugiados que chegam ao Quénia declararam que tinha partido por causa da crescente tensão entre o Governo Federal de Transição e a União dos Tribunais Islâmicos (ICU) que progredia com vista a expandir o seu controlo. Em Julho e Agosto de 2006, os Islamistas tomaram o controle de vastas áreas de terra nas regiões da Somália Central. A situação provocou a deslocação de milhares de pessoas, visto que se calcula que se situe em mais de 400,000. Há por conseguinte obrigação por parte da União Africana em colaboração com o resto da comunidade internacional no sentido de intervir e impedir o desenvolvimento dos eventos na Somália.

33. Durante o período em apreço, a situação no Sudão continuava a ser bastante preocupante, não só para a UA mas também para a comunidade internacional de um modo geral, apesar dos vários acordos internacionais celebrados nos últimos anos. O número de deslocados internos é de cerca de 6 milhões.

34. No Norte, desde a assinatura do Acordo de Paz de Darfur (APD) em Maio de 2006, os relatório dos Escritórios Humanitários da UA no Sudão informaram que os ataques contra as forças do AMIS, contra civis e trabalhadores da

assistência internacional. Também tem havido restrições ao acesso humanitário e combates entre os rebeldes armados, milícias e bandidos. As mulheres e as crianças são quem mais sofrem no meio deste cenário. Desde Maio de 2006 que tem havido uma deslocação forçada de mais de 100,000 pessoas, muitas delas pela segunda ou terceira vez, bem como a morte de civis inocentes, sobretudo nas áreas que se tornaram inacessíveis às agências humanitárias. Houve uma crise alimentar, falta de água e de serviços médicos visto que os trabalhadores da assistência humanitária enfrentaram dificuldades em termos de chegar até as populações mais necessitadas. Por outro lado, a crise alimentar deveu-se ao facto de os agricultores não terem sido capazes de cultivar a terra devido a insegurança nas suas aldeias. Até à data, 2,5 milhões de pessoas foram afectadas pelo conflito e deste número, mais de 1,8 milhões são deslocados enquanto que mais de 200,000 pessoas refugiaram-se no Chade. Neste interim, enquanto que a comunidade internacional engaja-se em conversações com o governo Sudanês para aumentar a Missão de Manutenção de Paz da UA e integrar as forças das Nações Unidas na referida Missão, Darfur continua a ser a principal preocupação. No Sudão, a situação tem sido relativamente estável. Alguns refugiados regressaram com a ajuda do repatriamento organizado pela ACNUR ou espontaneamente, sobretudo para a RDC, RCA, Quénia e Uganda. Alguns deslocados (as) também regressaram às suas aldeias. A medida que os refugiados e deslocados internos regressarem às suas comunidades, a situação é crítica em termos de reintegração e sustentabilidade dos regressados. Importa, por conseguinte, que os doadores honrem os seus compromissos de modo a assegurar a sua sustentabilidade para que eles não voltam a ser vítimas da deslocação.

35. No Sul do **Sudão** a situação permaneceu relativamente estável. Alguns refugiados regressaram através do repatriamento organizado sob os auspícios do ACNUR ou regressaram espontaneamente, sobretudo a partir da República Democrática do Congo, República da África Central, Quénia e Uganda. Alguns deslocados também regressaram às suas aldeias. A medida que os refugiados e deslocados internos regressam às suas comunidades, a situação da integração de integração e sustentabilidade dos regressados é crítica. Entretanto, é importante que os doadores honrem os seus compromissos no sentido de garantir a sustententabilidade deles para que, uma vez mais, não voltem a ser vítimas da deslocação forçada. São aproximadamente 500 000 o número de pessoas desta região que continuam a ser refugiados enquanto que o número de deslocados internos é superior a três milhões.

36. No Leste, tem ocorrido desenvolvimentos positivos. Em outubro de 2006, o Governo do Sudão assinou um acordo de paz com os rebeldes da Frente Leste com vista a pôr termo aos 12 anos de conflito armado.

37. No caso da Tanzânia, o número de refugiados continua a decrescer visto que milhares de refugiados burundeses continuam a regressar ao seu país desde 2005. Vários refugiados estavam em vias de regressar sob os auspícios do programa de repatriamento voluntário do ACNUR, enquanto que outros estavam a regressar espontaneamente. Por outro lado, após a assinatura do Acordo Tripartido entre a Tanzânia, a RDC e o ACNUR, em finais de Janeiro de 2005, 20 000 refugiados regressaram à RDC. Na realidade, alguns dos campos de refugiados com menos de 10 000 refugiados, foram encerrados e os refugiados foram transferidos para campos com mais de 10 000 refugiados. Contudo, para além de milhares de refugiados de longa data, o país continua a providenciar asilo para 300 000 refugiados, sendo a maioria proveniente da Região dos Grandes Lagos.

38. O **Uganda** alberga cerca de 240 000 refugiados, sendo a maioria proveniente do Sudão. Para além de cuidar dos refugiados, o país tem aproximadamente 1,8 milhões de deslocados internos que tem estado a viver em mais de 200 campos no norte do país. Ao abrigo das tréguas que entraram em vigor em Agosto de 2006, o Exercito de Resistência do Senhor (LRA), um grupo rebelde e o Governo do Uganda acordaram num cessar de hostilidades, a medida que as negociações progrediam rumo à um cessar fogo de pleno direito que incluiria a desmobilização, desarmamento e reintegração das tropas. Em Novembro de 2006, o Subsecretário Geral das Nações Unidas para os Assuntos Internacionais teve um encontro com o líder do LRA ao qual afirmou energicamente o quão importante eram as questões humanitária, inclusive o respeito pelo cessar de hostilidades em curso e a transferencia de indivíduos de entre o LRA, incluindo as mulheres, as crianças e os feridos. Foi a primeira vez que se transmitiu esta mensagem ao LRA. Os esforços de paz contribuirão para o regresso dos deslocados e a paz será garantida não só no norte do Uganda mas também no sul do Sudão, república Democrática do Congo e República Centro Africana, bem como em toda a região.

39. Importa recordar que durante o conflito de 20 anos, o LRA perpetrou muitas atrocidades, tais como raptos de crianças e usou-as como soldados ou guardas, tendo violado raparigas jovens e mulheres, tendo pilhado, torturado e mutilado pessoas de diferentes idades. Segundo a OIM, 75 por cento das mulheres deslocadas foram vitimas de tortura, rapto, violação, trabalho forçado, gravidezes indesejáveis, bem com vítimas do VIH/SIDA.

40. As Nações Unidas já começaram a providenciar assistência humanitária às zonas afectadas e a Caritas está engajada em providenciar serviços básicos. As Nações Unidas também vão providenciar apoio logístico ao processo de paz através da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e também serão parte de um a equipa de Observadores para o Monitoramento da Cessação de Hostilidades.

E. REGIÂO SUL

41. A Região Sul continua a fazer o repatriamento de refugiados, sendo a maioria proveniente dos países vizinhos e da região da África Central. Se por um lado a região já não se debate com conflitos de vulto, por outro, ela alberga cerca de 2,9 milhões de deslocados internos, sendo a maioria proveniente de Angola, de acordo com o relatório do Seminário Regional sobre Deslocados Internos na África Austral de 20de fevereiro de 2006. Para além dos deslocados internos, a região também continua a albergar milhares de deslocados internos, a região continua a albergar milhares de refugiados provenientes da República Democrática do Congo, Somália, Ruanda e Burundi, ao mesmo tempo que continua a enfrentar problemas de insegurança alimentar. Por outro lado, cerca de 8 000 malauianos ficaram sem abrigo após as chuvas torrenciais de Novembro de 2006, quando o Rio Shire transbordou das suas margens.

42. No caso de **Angola,** em dezembro de 2006, o ACNUR marcará o fim de um programa de repatriamento para refugiados angolanos a partir do Botswana, RDC, Namíbia e Zâmbia. Até a data, cerca de 550 000 refugiados já regressaram ao país.

43. A população de refugiados da **Zâmbia** sofreu uma redução devido ao repatriamento de angolanos, em particular. Por outro lado, cerca de 60 000 refugiados da RDC optarão por regressar ao país, após um acordo tripartido entre a Zâmbia, a RDC e o ACNUR, assinado em Novembro de 2006.

F. IMPLEMENTAÇÂO

44. A Comissão da União Africana, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos, em estreita colaboração com os Parceiros da UA, em particular o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Internacional para a Imigração (OIM) Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Acção Humanitária Africana (AHA), bem como outras agencias humanitárias relevantes, implementaram a decisão adoptada em Banjul, Gâmbia, em Junho de 2006, EX./CL/Dec. 248 (IX) e a Decisão EX/CL/Dec. 289 (IX) sobre a Conferencia Ministerial sobre os Refugiados, Retornados e deslocados em África que teve lugar nos princípios de Junho de 2006, em Ouagadougou, Burkina Faso, como se segue:

45. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Retornados e Deslocados Internos em África levaram a cabo missões de avaliação em Argélia e Chade, entre Outubro e Novembro de 2006. As missões tiveram como objectivos o agravamento da situação humanitária nos dois países. Realizaram consultas com os governos da Argélia, Chade e República Democrática Árabe Sarauí (RDAS) e algumas agencias humanitárias sobre a prevalecente situação humanitária nos dois países.

46. No Chade, a missão debruçou-se sobre os problemas de segurança no país, os quais como resultado afectaram a segurança dos campos de refugiados. Em solidariedade para com o Governo, a União Africana garantiu uma contribuição financeira de US$ 250 000 para cuidar de cerca 250 000 refugiados provenientes da República da África Central, Darfur e Sudão.

47. No caso da **Argélia,** as autoridades destacaram a agravante situação humanitária e chamaram a atenção ao Relatório do Alto comissário para os Direitos Humanos sobre as graves violações dos direitos humanos do povo Sarauí no território do Sara Ocidental, particularmente durante os últimos dois anos. Também informaram que a situação sofreu um posterior agravamento devido as inundações de Fevereiro de 2006 e a redução na assistência alimentar do ACNUR e PAM, visto que o numero de beneficiários foi reduzido de 125 000 para 90 000, embora tenha sido aumentado, após a s cheias, para 125 000. Importa realçar que a distribuição da assistência alimentar do PAM devia cessar em Dezembro de 2006 e expressou-se preocupação pelo bem estar dos refugiados. Devido a grave situação, na altura em que este relatório estava a ser elaborado, a Comissão estava contemplar providenciar uma ajuda financeira para aliviar o sofrimento dos refugiados, particularmente as mulheres e crianças nos campos de Tindouf.

48. De modo a acelerar os esforços para o desenvolvimento de um quadro jurídico para os deslocados internos, a Comissão envolveu um consultor que elaborou um instrumento jurídico para protecção e assistência de deslocados internos em África. O instrumento está pronto para revisão pelos Juristas dos Governos em 2007.

49. realizou-se uma reunião sobre o Quadro da Livre Circulação na Sede da UA em Dezembro de 2006 com vista a facilitar a livre circulação em África e a emissão de um Passaporte Diplomático o mais rápido possível.

50. O Comité Coordenador da Unia Africana sobre a Assistência e Protecção aos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos em África (CCAR) realizou a

sua 29ª. Sessão Ordinária na Sede da UA em Adis Abeba, em Outubro de 2006. durante a sessão, o Comité Coordenados fez a revisão do Regimento Interno do CCAR reactivado e dos termos de Referencia do seu Grupo de Trabalho. Os Regimento Interno revisto responderá ao desafios da abordagem dos problemas da deslocação forçada no Continente. O documento estão anexados a este relatório para endosso.

51. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Retornados e Deslocados Internos realizou a sua 2ª. Sessão Ordinária em dezembro de 2006 e o se Bureau reuniu varias vezes antes da realização de varias reuniões que preocupavam o este Subcomité. Durante as Sessão, examinaram o relatório de progresso sobre a situação dos refugiados, retornados e deslocados internos, analisaram os relatórios das missões à Argélia e ao Chade e adoptaram o regimento interno do Comité Coordenador sobre a Assistência aos Refugiados, retornados e Deslocados Internos, bem como os Termos de Referencia do seu Grupo de Trabalho.

52. A Comissão continuou a reforçar a sua cooperação com os parceiros relevantes, em particular o ACNUR, PAM, CCIV, OIM e AHA através de programas conjuntos, incluindo reuniões e seminários que incluem o seguinte:

53. A 57ª. Sessão do Comité Executivo da Programa do Alto Comissário (EX-COM) que teve lugar em princípios de Outubro de 2006.

54. O Lançamento do Estudo do CICV sobre Direito Humanitário Internacional (DIH) em África que teve lugar em finais de Outubro de 2006 na Sede da UA. Participaram neste evento Personalidades Eminentes. O estudo reforçará a eficácia das regras práticas existentes do DHI.

55. A 9ª. Jornada de Reflexão da UA-CICV teve lugar no dia 1 de Novembro de 2006. A reflexão acontece de dois em dois anos para os Embaixadores acreditados juntos da UA e juntos da Etiópia. Surge na sequência da promoção do DHI.

56. A Conferencia Conjunta África – União Europeia sobre a Migração e desenvolvimento que teve lugar em Novembro de 2006, em Tripolí, Líbia, identificou nove princípios conjuntos para cooperação que inclui a protecção dos refugiados. No fim da Conferencia, foi adoptada uma Declaração Conjunta sobre migração e Desenvolvimento que recomenda este Projecto de Plano de Acção

da UA-EU para o combate ao Tráfico de Seres Humanos, particularmente Mulheres e Crianças.

57. No que concerne a Conferencia Ministerial de Ouagadougou sobre refugiados, Retornados e Deslocados Internos que teve lugar em Junho de 2006 que solicitou ao Subcomité do PRC sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos, aos Parceiros da UA, Sociedades Civis e ONG´s a continuarem engajados no monitoramento da sua implementação para a qual foram levadas a cabo as seguintes acções:

- A Comissão fez a revisão do Projecto de Política sobre o Acesso ao Ensino Pós-Primário para as Vitimas da deslocação Forçada em África, para sua adopção durante esta Sessão do Conselho Executivo. Este Documento está anexado a este relatório para adopção.

- Para além da assistência prestada ao Chade a favor dos refugiados da República da África Central, Sudão (Darfur), bem como aos refugiados sarauís em Tindouf, a Comissão fez doações de US$100 000 à Etiópia e ao Quénia, respectivamente, para as vítimas das cheias.

V. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

58. A Comissão tem apresentado relatórios sobre os desenvolvimentos positivos em relação a deslocação forçada durante os últimos anos devido ao regresso de milhares de refugiados e deslocados internos no Continente. Contudo, devido aos numerosos desafios que os Estados Membros têm que enfrentar, a Comissão da UA em colaboração com o Subcomité do CRP para os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos e em colaboração estreita com os Parceiros da UA, tem que ultrapassar e responder a estes desafios tal como foi evidenciado durante a Conferência Ministerial sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos realizada em Ouagadougou, Burkina Faso em Junho de 2006, bem como durante as missões do Subcomité do CRP para os Refugiados, Regressados e Deslocados Internos.

Desafios

59. A seguir enumeramos alguns dos desafios a responder:

- Protecção das vítimas da deslocação através da implementação de instrumentos jurídicos internacionais relacionados com o estatuto dos refugidos e oportunidades de reassentamento;

- Criação de condições conducentes ao regresso de refugiados e deslocados internos, com condições de segurança e dignidade,

bem como o facto de a Comunidade Internacional estar em falta para com o cumprimento dos seus compromissos em relação aos programas, e actividades de reconstrução pós conflitos;

- Os casos prolongados de refugiados esquecidos, nos campos de refugiados de Tindouf, na Argélia;

- A presença de combatentes nos campos de refugiados ou zonas afins, muitas vezes põe em perigo o princípio o princípio fundamental do carácter civil e humanitário do asilo e causa sérias preocupações de segurança aos refugiados, aos países anfitriões e aos trabalhadores, tem como violações de direitos humanos;

- As lacunas na assistência às vítimas da deslocação forçada em África, devido o persistente "cansaço dos doadores", continua afectar os programas da deslocação forçada a todos os níveis;

- A falta de acesso ao Ensino pós Primário para as vítimas da deslocação forçada em África;

- A dimensão da imigração ilegal e irregular que tem tido um pacto sobre o desenvolvimento de África.

Perspectiva

60. A perspectiva da União Africana inclui o seguinte:

- A União Africana deve envolver todas as partes relevantes que estejam interessadas em resolver e eliminar o problema da deslocação forçada no nosso Continente. Por conseguinte, estes são alguns dos elementos de reflexão:

  - Buscar a reafirmação dos Estados Membros relativamente aos instrumentos jurídicos internacionais para protecção de vítimas de deslocação forçada e respeito pelo princípio da não-recondução à fronteira;
  - Sensibilização dos Estados Membros, doadores e opinião pública internacional ao apoio às vítimas da deslocação forçada;

  - Adopção e implementação de instrumentos importantes favoráveis aos refugiados, retornados e deslocados internos;

  - Engajar em estratégias de mobilização de recursos com os parceiros da UA, com vista a desenvolver programas e

actividades destinadas às vítimas da deslocação forçada, incluindo, até certa medida, a prevenção e resposta às calamidades em África;

- Continuar a engajar a comunidade internacional na necessidade de providenciar assistência para os casos prolongados de refugiados em conformidade com a partilha de ónus;

- Implementação no domínio da protecção de refugiados e a preocupação para com os direitos humanos e bem-estar dos indivíduos conforme a adopção da Declaração Conjunta África-União Europeia sobre Migração e Desenvolvimento de Novembro de 2006, em Tripoli, Líbia.

61. Para concluir, a Comissão da UA em colaboração estreita e em conjunto com os parceiros da UA e outras organizações relevantes, incluindo todos os membros do Comité de Coordenação da UA sobre a Assistência e Protecção aos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos, continuará a desenvolver o seu programa de trabalho a favor das vítimas da deslocação forçada, em conformidade com as várias Decisões, Recomendações e Resoluções que foram adoptadas em diferentes reuniões, conferências e seminários, sobretudo durante as reuniões do Conselho Executivo da UA e da Assembleia dos Chefes de Estado.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report on the situation of refugees, returnees and internally displaced persons in Africa

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4434

Downloaded from African Union Common Repository